

Monopólio, Carestia e “Carne Virada”: a notícia de um protesto popular na Baixa dos Sapateiros, Salvador (BA), no ano de 1919

Monopoly, famine and “Carne Virada”: the news of a popular protest in Baixa dos Sapateiros, Salvador (BA), in 1919

Monopolio, hambruna y “Carne Virada”: la noticia de una protesta popular en Baixa dos Sapateiros, Salvador (BA), en 1919

DOI: <https://doi.org/10.70051/mangt.v4i1.57318>

Elenilson Da Silva Santos | elenilson santos30@hotmail.com

<https://orcid.org/0009-0004-8650-3959>

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil.

Vilson Caetano De Sousa Junior | vilsonjr@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-8112-6582>

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil.

Recebimento do artigo: 08-março-2023

Aceite: 07-outubro-2023

SANTOS, E. S.; SOUZA JR., V. C. Monopólio, Carestia e “Carne Virada”: a notícia de um protesto popular na Baixa dos Sapateiros, Salvador (BA), no ano de 1919. **Revista Mangút: Conexões Gastronômicas**. ISSN 2763-9029. Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 45-67, jun. 2024.



RESUMO

A carne é um gênero alimentício presente com frequência na mesa dos soteropolitanos. O consumo se estende da colônia ao império, transcendendo a república e permanecendo até os dias atuais. Muitos desafios foram enfrentados pelo povo para garantir carne de qualidade na mesa. O presente artigo é fruto de uma pesquisa documental, realizada nas Bibliotecas Central do Estado da Bahia e no Arquivo Municipal da cidade de Salvador, entre os anos de 2019 e 2020, tendo por objetivo resgatar, relatar e discutir, parte desta história da nossa cidade e da alimentação do seu povo, onde os soteropolitanos tiveram que enfrentar uma tentativa de venda de carne deteriorada na Baixa dos Sapateiros no ano de 1919. Através da análise de reportagens de jornais da época, a exemplo do A Hora, Jornal de Notícias, além de publicações oficiais como o Diário Oficial do Estado da Bahia, aliado aos referências teóricas contidos neste texto, abordaremos questões sobre o abastecimento da cidade, segurança alimentar, intervenções do estado, entre outros assuntos correspondentes à venda de carne bovina neste período.

Palavras-chaves: Gastronomia; Carne; História; Abastecimento; Cultura Alimentar.

ABSTRACT

Meat is a foodstuff that is frequently present on the tables of Salvadorans. Consumption extends from the colony to the empire, transcending the republic and remaining until the present day. Many challenges were faced by the people to ensure quality meat on the table. This article is the result of a documentary research, carried out at the Central Libraries of the State of Bahia and at the Municipal Archive of the city of Salvador, between the years 2019 and 2020, with the objective of rescuing, reporting and discussing part of this history of our city and the food of its people, where the people of Salvador had to face an attempt to sell spoiled meat in Baixa dos Sapateiros in 1919. Through the analysis of newspaper reports of the time, such as A Hora, Jornal de Notícias, From official publications such as the Official Gazette of the State of Bahia, together with the theoretical references contained in this text, we will address questions about the city's supply, food security, state interventions, among other issues related to the sale of beef in this period.

Keywords: Gastronomy; Meat; History; Supply; Food Culture.

RESUMEN

La carne es un alimento que está presente con frecuencia en la mesa de los salvadoreños. El consumo se extiende desde la colonia hasta el imperio, trascendiendo la república y manteniéndose hasta nuestros días. La gente enfrentó muchos desafíos para garantizar carne de calidad en la mesa. Este artículo es el resultado de una investigación documental, realizada en las Bibliotecas Centrales del Estado de Bahía y en el Archivo Municipal de la ciudad de Salvador, entre los años 2019 y 2020, con el objetivo de rescatar, informar y discutir parte de esta historia de nuestra ciudad y de la comida de su gente, donde los salvadoreños tuvieron que hacer frente a un intento de vender carne podrida en la Baixa dos Sapateiros en 1919. A través del análisis de reportajes periodísticos de la época, como A Hora, Jornal de Notícias, a partir de

publicaciones oficiales como el Diario Oficial del Estado de Bahía, junto con las referencias teóricas contenidas en este texto, abordaremos cuestiones sobre el abastecimiento de la ciudad, la seguridad alimentaria, las intervenciones estatales, entre otras cuestiones relacionadas con la venta de carne vacuna. en este periodo.

Palabras claves: Gastronomía; Carne; Historia; Abastecimiento; Cultura Alimentaria.

INTRODUÇÃO

A carne é um gênero alimentício que há muito tempo frequenta as mesas dos consumidores, movimenta a economia das cidades e do campo, interfere em decisões políticas, além de desafiar as medidas econômicas transcorrentes de sua trajetória histórica. Provocou e continua a provocar descontentamento, escândalos e desconfortos, a quem fornece e principalmente para quem compra. É geradora de riquezas e conseqüentemente de desigualdades, contudo, contribuiu para a modernização das cidades, do comércio, da indústria de alimentos e infraestrutura. No que diz respeito ao escoamento de produção, interfere nas gestões políticas da cidade com a influência de pecuaristas que se estendem por todos os órgãos e mecanismos da administração pública. O Alimento é parte fundamental na vida das pessoas, classes políticas e econômicas e em vantagem nas relações de poder, sendo percebido muito cedo a carne como parte importante desse processo.

A alimentação está na agenda política brasileira desde a colônia, passando pelo império e chegando à república. Com as medidas protecionistas aos consumidores, estabelecendo regras para a higiene e segurança alimentar, combate aos preços abusivos, como também favorecendo quem quer obter o máximo de lucro. E assim, continua até os dias atuais, na busca de controle e disciplina das populações nas políticas alimentares, seja no âmbito da comercialização de carne ou na higiene e segurança alimentar. O papel do Estado é fundamental neste contexto, principalmente na relação entre o setor produtivo e os consumidores (Graham, 2013).

O estado mantém este mecanismo em funcionamento mesmo que seja preciso desfavorecer as camadas mais pobres, aqueles que de fato precisam da política de abastecimento, já que são um contingente em constante crescimento, sendo necessário a manutenção do *status quo* das classes de prestígio a partir do controle e monitoramento sobre a alimentação das populações pobres.

O presente texto faz um breve estudo sobre a carne dentro das políticas de Higiene, Segurança Alimentar, Políticas de Abastecimento e impacto nas vidas dos soteropolitanos dentro do contexto econômico e social no ano de 1919, tendo como objeto de análise descritiva as tentativas de venda de carne virada (deteriorada). A carne em estado de decomposição vendida durante esse período era chamada pelos jornais da época e pelos populares de carne virada.

A pesquisa teve como principal método a análise documental, que consiste num amplo exame de documentos (jornais, revistas, relatórios, materiais iconográficos etc.) com o intuito de obter dados, extraindo deles, informações a fim de compreender um fenômeno (Krippa,

Scheller, Bonotto, 2015, p.1). A pesquisa teve como fonte primária, notícias de jornais locais, do período a ser pesquisado e publicações oficiais. As fontes documentais foram pesquisadas na Biblioteca Central do Estado da Bahia (BCEB) e na Fundação Gregório de Matos (FGM), que sedia o Arquivo Municipal da Cidade de Salvador. Como fonte secundária, pesquisas bibliográficas para embasamentos e referenciais teóricos de historiadores, antropólogos e demais contribuições para elucidar as ideias do texto. O recorte histórico estabelecido foi entre os anos de 1919 a 1920, foi escolhido devido às grandes transformações que a cidade de Salvador veio a passar, em função das reformas urbanas, higienista, e remodeladoras, não somente dos aspectos físicos da cidade, mas também no que diz respeito, à salubridade, comportamento social, e regulação dos espaços públicos e privados. Há um caráter de limpeza, político, econômico, e principalmente social (Silva, 2020).

A coleta de dados foi estabelecida no período de fevereiro de 1919, mês em que foi noticiada a revolta da população com a chegada da carne podre (virada) ao mercado da Baixa dos Sapateiros, a dezembro de 1920, com o intuito de buscar desdobramentos sobre o fato ocorrido em fevereiro de 1919, ligados diretamente a ele ou não. As primeiras notícias foram encontradas no jornal A Hora, que foi consultado de janeiro de 1919 a dezembro de 1920. Com base neste mesmo período, demais títulos foram pesquisados, inclusive os do Jornal A Tarde, disponível através do Projeto A Tarde História da Bahia, localizado, na Biblioteca Central do Estado da Bahia, (BCEB) no primeiro andar, setor de periódicos. No projeto é possível pesquisar versões digitalizadas do jornal A Tarde em circulação desde 1912 até os dias atuais.

As tabelas citadas neste trabalho, no que se refere à exportação de Carne e demais dados, foram retirados do Diário Oficial do Estado da Bahia (DOE), onde são publicadas as ações de governo. Esse material também foi consultado na BCEB. Na Fundação Gregório de Matos (FGM) foram pesquisados livro de registro da Intendência Municipal, Seção Serviços Externos, Livro dos Fiscais das casas de Negócio, de 1913 a 1919. As notícias foram escolhidas tendo com critérios: os aspectos higiênicos sanitários da carne virada; a descrição das características físicas e sensoriais da carne virada; os aspectos higiênico sanitários da cidade de Salvador em 1919; e os desdobramentos destas notícias no que se refere aos aspectos sociais e econômicos, tendo como enfoque as constantes denúncias de monopólio, e carestia (aumento de preço) do gênero alimentício, mesmo depois do fato de ter chegado carne estragada a um dos mercados da cidade. Nesta perspectiva, vamos abordar a carne virada, no viés, higiênico sanitário, urbanístico e estrutural da cidade de Salvador, e o econômico-social (Silva, 2020).

Além das notícias jornalísticas, foram consultados, o Diário Oficial do Estado, acessado na Biblioteca Central, onde foram encontradas informações oficiais do governo sobre o mercado de criação de bovinos e exportação de carne bovina congelada no Brasil, inclusive números do rebanho total da criação de gado na Bahia. Foram consultados também no Arquivo Municipal, na Fundação Gregório de Matos, localizado na Rua Chile 31, Salvador Bahia, arquivos referentes a legislação do período pesquisado, no que tange, o comércio de alimentos, e também açougues, tendo sua fiscalização sob responsabilidade da chamada, Diretoria de Higiene.

O texto visa contribuir e mostrar um pouco da história soteropolitana, explicando o contexto histórico social que está inserido na venda de carne virada. Busca conhecer e compreender o sistema precário de abastecimento de Salvador em transformação no início do

século XX, através de suas reformas urbanísticas e sociais, visando relacionar o problema da Carne Virada e suas consequências alimentares econômicas, políticas e sociais à população de Salvador. É esperado, que o presente texto fomente e provoque, futuras discussões no que tange a história da alimentação, a gastronomia e seus aspectos políticos, econômicos e sociais, para que assim possamos compreender os desafios do passado, enfrentar os desafios do presente e nos preparar para os desafios do futuro.

SALVADOR UM ESPAÇO DE CONFLITOS E TRANSFORMAÇÕES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Os anos finais do século XIX foram marcados por profundas transformações nos cenários políticos, sociais e econômicos do Brasil. Dentre algumas, podemos destacar, a transição da monarquia para república e uma maior ênfase, aplicação e aprimoramento dos ideais do liberalismo econômico, em contraste com algumas intervenções do Estado, além da busca por civilidade e modernização. Em meio à Proclamação da República e um processo de pós-"abolição" (Filho, 1999), Salvador era uma cidade imersa nestas transformações, à sua maneira, dentro dos seus próprios conflitos e imbricamentos políticos e sociais.

Tínhamos de um lado, a população pobre em sua maioria negros e negras que lutavam por espaço, numa sociedade que tentava se embranquecer e apagar seu passado colonial e escravista. Somado a isso o surgimento da classe operária que já nasce em meio à pobreza, em um Brasil que tentava se industrializar e não oferecia boas condições de trabalho e salário para os operários. Em contrapartida, temos as elites políticas da cidade, que ainda buscavam se adaptar ao novo jogo político estabelecido pelo recém-proclamado regime republicano. As elites econômicas da cidade destacavam os grandes comerciantes, "a vaidosa cidade dos Negociantes dos anos 1900" e capitalistas do ramo industrial, que se instalaram em Salvador (Mattoso 1979). Os engenheiros, advogados e principalmente os médicos eram considerados a elite intelectual da época. Os médicos eram os principais responsáveis pelas ideias higienistas e depuradoras, tanto na construção como na difusão nos meios político e social. Foram influenciadores das políticas de Estado no que diz respeito à higiene, remodelamento urbano e comportamento dos cidadãos da cidade de Salvador neste período (Silva, 2020).

A busca por modernidade e civilidade era compartilhada por vários cantos do país. Houve processo de remodelamento em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Sergipe, todas com as suas maneiras e os seus conflitos. É importante salientarmos que em metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, onde nestas cidades os cidadãos foram compelidos a aceitar tais remodelamentos em nome da civilidade e modernização, mesmo assim havia conflitos. No Rio de Janeiro a Revolta da Vacina foi um motim popular ocorrido entre 10 a 16 de novembro de 1904 na cidade do Rio de Janeiro, até então capital do Brasil. Seu pretexto imediato foi uma lei que determinava a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, mas também é associada a causas mais profundas, como as reformas urbanas que estavam sendo realizadas pelo prefeito Pereira Passos e as campanhas de saneamento lideradas pelo médico Oswaldo Cruz (Silva, 2020).

Em Salvador não foi diferente, as elites políticas, econômicas e intelectuais, tentavam extirpar todas as marcas do passado colonial e escravocrata da cidade, não só no aspecto

político e econômico, mas também no social. A mudança neste sentido era muito bem-vinda, ao menos para as classes mais abastadas, contudo não houve protestos tão acentuados dos populares como no Rio de Janeiro. José Joaquim Seabra em seu discurso ao fim do mandato como governador (1912 a 1916) disse no dia 29 de março de 1916: “Justiça é dizer, neste particular, que a população, reafirmando os atributos de sua docilidade e fácil obediência à lei, não criou nem lhe opôs maiores resistências, aceitando, em geral e sem protesto, as medidas novas.” [sic]. (Imprensa Oficial do Estado, DOE 29/03/1916, p.2405).

O autor, Heráclito Ferreira nos ilustra bem esta perspectiva:

No entanto, as intervenções reformadoras em Salvador guardaram questões peculiares, uma vez que elas não impuseram, como no Rio de Janeiro e São Paulo, como resultado de um crescimento demográfico vertiginoso, propiciado no Centro-Sul, pela industrialização em rápida escala. Se Pereira Passos, no Rio, lutava contra as feridas do Progresso, J.J. Seabra, na Bahia, tentava curar as Chagas do “passado colonial”, que haviam transformado, paradoxalmente, os vestígios do nobre e opulento passado colonial baiano na expressão de sua decadência, frente à nova ordem modernizadora (Ferreira, 1999, p.241).

Os primeiros 30 anos do século XX, serão marcados principalmente por esta busca por civilidade a partir dos modelos europeus, principalmente o francês¹, tido como referências no período abordado. A estrutura urbanística e econômica da cidade haveria de passar por transformações assim como sua organização social, no que tange a estrutura familiar, os comportamentos e costumes, além dos hábitos alimentares e higiênicos. Tudo que remetesse ao passado colonial deveria ser esquecido, assim como o que fizesse alusão ao não civilizado, que fosse de encontro a nova ordem estabelecida e orquestrada pela elite econômica, política e intelectual, tudo seria repensado e o que não estivesse de acordo era marginalizado e excluído (Bresciani, 1992).

Tal preocupação com o ordenamento e higienização da cidade já havia se manifestado no período de 1912-1916 no governo de J.J Seabra. Uma série de remodelações buscaram dar uma nova ordem à cidade. Médicos, sanitaristas, engenheiros e políticos orquestram as novas bases urbanísticas, sanitárias e sociais da nossa cidade. A higiene era uma das palavras de ordem, pensada não somente na direção da limpeza, da saúde, mas também da depuração social. As ruas precisavam ser asseadas, redes de esgoto construídas, pandemias e endemias tinham que ser controladas. Por outro lado, mendigos deveriam ser retirados das ruas, as

¹ Na segunda metade do século XIX, a intervenção sobre o meio ambiente transformou o espaço urbano num grande laboratório. Se nas ruas de Paris do 2º império as reformas do prefeito Haussmann fazem política de terra arrasada em vários bairros com o duplo objetivo de desfazer amontoamentos de edificações e de pessoas, nos bairros operários, a ação saneadora atinge as moradias na intenção de substituir a rede de promiscuidade por uma série de comportamentos inadequados. A ideia Sanitária, eixo do que se poderia considerar um começo de política habitacional procura atingir o íntimo das pessoas por meio de redefinição do espaço da casa, organizado de maneira a que seus ocupantes desenvolvessem hábitos civilizados. No espaço externo um belo traçado de ruas e avenidas sem ponto de estrangulamentos sem barricadas; em casa, famílias edificadas pelos preceitos burgueses da moralidade e do trabalho. Sem dúvida um ambicioso projeto disciplinador e utópico (Bresciani, 1992, p. 16 e 17).

negras comerciantes com seus trajes, tabuleiros e gamelas², não deveriam mais circular. Higienizar as ruas também se fazia necessário ante a esta onda de modernidade (Silva. 2020).

Higienizar o espaço público era tarefa que exigia novos padrões de sociabilidade, com vista à reorganização radical da família, do trabalho e dos costumes. Nessa perspectiva, o projeto de reforma urbana, para além do sentido manifesto de melhorar a qualidade de vida da população, tinha fortes bases ideológicas e morais (Ferreira, 1999, p.242.)

Aprofundando um pouco mais o comércio de rua, esta atividade era feita em sua maioria por mulheres negras, ainda segundo (Ferreira, 1999) “*a qualidade da comida de rua passou a ser uma preocupação obsessiva*”. Para o pensamento higienista da época, o cheiro nauseabundo dos negros aliado ao contato manual com o alimento era a porta de entrada para mazelas e doenças. Havia uma constante crítica às formas de como esse comércio era feito nas ruas. Não só o *modus operandi*, mas também as indumentárias e os produtos vendidos. Para jornalistas, intelectuais e outras personalidades, estas práticas feitas pelas mulheres e homens pobres, negros principalmente, era facilmente associado à África e a escravidão. Coisas que deveriam ser esquecidas, pois remetem a ideia de incivilidade, atraso, barbárie e falta de higiene (Ferreira, 1999).

A Crítica à roupa tradicional das mulheres pobres e trabalhadoras geralmente as associada à África, à escravidão, que por sua vez, eram relacionadas a barbárie, atraso e falta de higiene. A conotação africanizada de muitos hábitos era incompatível, como salientou Peter Fry, com a suposição das elites de que a cidade possuía uma cultura menos homogênea devendo tudo aquilo que se diferencia do projeto higienista republicano ser tratado como desvio ou criminalizado (Ferreira, 1999, p.246).

Ilustrando a fala de Ferreira (1999), uma matéria do jornal, A Tarde de 25 de junho de 1915, retrata bem essa comparação do ambiente de comércio e seus frequentadores com a África, em tom pejorativo e depurador. A crítica que se faz na matéria jornalística é em relação ao Mercado Modelo (Figura 1). O jornal critica a iniciativa do município em liberar a venda de produtos do lado de fora do mercado. É perceptível que trabalhadores pobres fazem parte deste comércio e desse “monturo”³ como afirma a reportagem.

- Vamos á costa d’Africa?
- Agora? Em que paquete?
- Não; é desnecessário atravessarmos o Atlantico.?!
- Desçamos o elevador
Descemos e a costa d’Africa para o amigo era o Mercado Modelo. [sic]
(BCEB, Jornal A Tarde, 25/06/1915, p.1)

² Espécie de bacia ou vasilha esculpida em madeira que as negras comerciantes utilizavam para vender, carnes e vísceras, bovinas, suínas e laníferas. Em 1904 esse tipo de venda foi proibida através de uma postura municipal e a regulamentação da venda de carnes na cidade.

³ Monte de lixo, aglomeração de coisas velhas e descartadas.

Figura 1. Reportagem sobre o Mercado Modelo – Salvador



Fonte: BCEB- Jornal A Tarde, 25 de junho de 1915

Os ordenamentos e a disciplina eram as ideias notoriamente destinadas às minorias. As intervenções urbanísticas na cidade regidas pelo governador Seabra, os médicos, engenheiros, políticos e demais categorias que o apoiavam, preparavam a cidade para abrigar uma nova organização político-social e econômica. O intuito de alargar as ruas para o ar circular, a criação das avenidas de vale, a reorganização dos comércios e das feiras livres, os cuidados como a higiene no sentido da saúde e da depuração, seja moral, social e racial, tinham o intuito de segregar e disciplinar as partes inconvenientes da sociedade, homens negros e mulheres negras, os pobres, os mendigos, vadios, prostitutas, e os “menores vagabundos” como eram chamados os menores em situação de rua na época. As ruas precisavam estar livres de indesejáveis para o trânsito livre das classes ditas de respeito e das famílias mais abastadas, as pessoas civilizadas (Bresciano, 1992).

Numa avaliação que persiste até hoje, a figura monstruosa do pobre doente, sujo, semi-moralizado e racionalmente incompleto foi amplamente divulgada para justificar uma estratégia que desejava levá-lo do conforto selvagem ao conforto policiado. Médicos, administradores, jornalistas, cientistas sociais, engenheiros e arquitetos contribuíram para definir em termos sociais e espaciais, a linha da marginalidade e a partir de um longo repertório de informações colhidas da relação direta com a pobreza. A anotação paciente de comportamentos individuais e familiares ajudou a elaborar a imagem coletiva monstruosa da população das cidades com seu caráter indiscernível e imerso ao lodaçal da incivilidade (Bresciani, 1992, p.17).

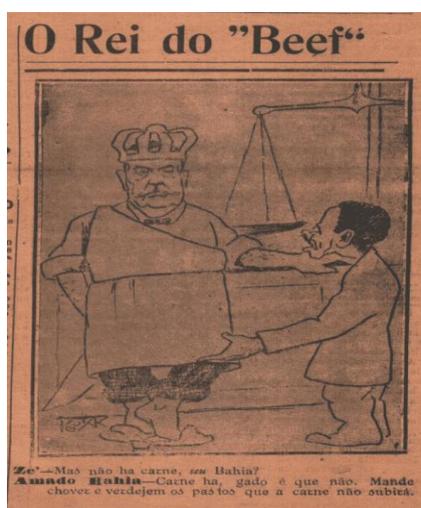
O MONOPÓLIO, O COMISSARIADO E A CARESTIA

Os jornais do século XX, mais precisamente de 1919 e 1920 denunciavam a prática de monopólio da carne praticado pelo coronel Francisco Amado Bahia. O mesmo segundo os jornais, detinha grande parte dos açougues da cidade, principalmente na Baixa dos Sapateiros, e além disso era proprietário do Frigorífico São José da Mata, do qual era responsável por grande parte do fornecimento de carne para a cidade de Salvador. Em uma charge do jornal A Hora de 15 de junho de 1920 ele é denominado de o Rei do Beef (Figura 2).

Zé- Mas não há carne seu Bahia?

Amado Bahia- Carne há, gado é que não. Mande chover e verdejem os pastos que a carne não subirá (BCEB, Jornal A Hora, O Rei do Beef, 15/06/1920, p.1).

Figura 2. Charge “O Rei do Beef”



Fonte - BCEB- Jornal A Hora, 15/06/1920

As intervenções do Estado na economia não cessaram no século XX. A taxaço e liberação dos preços obedeciam aos critérios e impulsos momentâneos, a exemplo do emprego imediato dos ideais do liberalismo na economia soteropolitana, e as circunstâncias do momento como secas, enchentes e guerras. Sempre houve problemas para abastecer uma cidade do tamanho de Salvador com um crescente contingente populacional, principalmente da população pobre. As regiões criadoras de gado eram muito afastadas da cidade, as estradas não ofereciam boas condições para o transporte dos animais, a infraestrutura da cidade dificultava a comunicação com os centros produtores nesse período, mesmo com utilização e ampliação das estradas de ferro no século XX. Sem contar o caráter importador-exportador da Bahia, já que abastecia com alimentos outras regiões do país (Graham, 2013).

Durante todo o século XIX, situação de abastecimento da província da Bahia e, especialmente da cidade do Salvador era irregular e deficiente. Para isso concorriam vários fatores: os primeiros relacionam-se a problemas de produção e produtividade local, os segundos provém da falha de comunicação e de transportes adequados, os terceiros são oriundos da própria estrutura comercial da cidade que além de exportadora-importadora é também distribuidora de gêneros alimentícios por boa parte do nordeste brasileiro. Finalmente, há de considerar a atitude ambivalente e timorata dos poderes local e regional, que ora liberavam os preços, ora os taxavam, obedecendo a impulsos e contingências do momento (Matoso, 1978, p.253).

A questão da precariedade do abastecimento irá se intensificar nos anos iniciais do século XX, com o crescimento demográfico da cidade em ritmo acelerado e as atenções das elites e do poder público voltadas para as reformas urbano sanitárias que tinham como prioridade a civilidade, a modernização e a higiene. Transversalmente a segregação de quem deveria pertencer nesta cidade idealizada pela elite local. Sendo assim, não houve qualquer interesse em pensar uma política de produção e abastecimento de alimentos que acompanhasse o crescimento das populações urbanas pobres (Linhares, 1979).

A situação não pareceu melhorar daí por diante. Pelo contrário, agravou-se com o crescimento demográfico, sem vislumbre de uma política que visasse a produção de gêneros para o consumo urbano, sobretudo das camadas populares, numericamente em ascensão. A guerra europeia de 1914-1918, ao dismantelar os setores de produção e de comercialização, voltados para o consumo interno – encaminhando grande parte dos gêneros alimentícios para exportação- veio encontrar não apenas em Recife, mas em outros centros urbanos do país, em situação crítica de abastecimento alimentar. Os distúrbios populares e a criação do Comissariado de Alimentação Pública foram as respostas dadas pelos dois setores até então marginalizados na questão do abastecimento urbano: o consumidor, mais desfavorecido social e economicamente, e o Estado (Linhares, 1979, p.193).

Quando Mattoso (1979) diz que “as atitudes ambivalente e timorata dos poderes local e regional, que ora liberavam os preços hora taxavam”, temos como exemplo no século XX, a criação do Comissariado de Alimentação Pública. Durante os anos posteriores à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não somente o mundo, mas também o Brasil foi tomado por uma onda de escassez de vários produtos, principalmente os gêneros alimentícios. A guerra é tragédia para alguns, mas oportunidade de ganho e lucro para outros. A falta de alimentos no país tinha como um dos principais motivos a forte exportação para Europa que sofria consequências da grande guerra. Houve nesse momento um grande volume de exportações de gêneros alimentícios principalmente a carne, já que nesse período era possível transporte de cargas congeladas. A carne congelada já era exportada para outros países em grande volume (Quadro 1). Como demonstra um relatório publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 01 de fevereiro de 1919.

A exportação de carne congelada no Brasil **começou em 1914**, em cujo ano foram exportados 1.415 kilos no valor de 1:100\$000. Em 1915, a exportação foi de 8.514 toneladas, com o valor de 6.121 contos, papel, equivalente a libras 309.706. Em 1916, foram exportadas 33.611 toneladas com valor de 28.193 contos, correspondentes a 1.414.000 libras. Grande parte da carne, que figura como exportada para a Itália, destina-se ao abastecimento das forças Inglesas no Egypto e nos Balkans. (BCEB, Empresa Gráfica da Bahia, DOE de 01/02/1919, p.1406).

A composição da amostra com um número maior de respondentes oriundos de ciências contábeis reflete o número de matriculados em cada curso na instituição. A população selecionada, embora limitada, busca cumprir os objetivos básicos e exploratórios desta pesquisa, colocando em enfoque um conjunto de estudantes com potencial para gestão de custos de um dos maiores polos gastronômicos do país.

Quadro 1. Estatística da carne congelada

Exportação mensal:

Anno	Toneladas			Valor em Contos de Réis em papel		
	1915	1916	1917	1915	1916	1917
1º trimestre	136	4.277	17.693	81	3.279	15.931
2º trimestre	819	4.277	17.693	81	3.279	15.931
1º trimestre	954	12.390	35.663	650	9.772	3.211
2º trimestre	2.402	13.911	14.807	1.706	11.792	13.327
Outubro	1.224	2.587	3.188	871	2.328	2.889
Novembro	2.205	3.506	8.675	1.462	3.159	7.807
Dezembro	1.838	1.266	4.119	1.432	1.142	4.119
4º trimestre	5.157	7.369	15.982	3.765	6.629	14.795
2º trimestre	7.559	21.270	30.789	5.471	18.421	28.122
Anno	8.154	33.661	66.452	6.121	28.193	61.338

Fonte - BCEB, Empresa Gráfica da Bahia. DOE- 01/02/1919

O Diário Oficial do Estado (DOE) demonstra a existência de um grande volume de exportação da carne. Nesse mesmo período, a Bahia se encontrava entre os seis maiores rebanhos bovinos do país, em 1919 (Quadro 2).

Quadro 2. Volume de exportação de carne

Estados da República	Cabeças de gado
Alagoas	277.500
Amazonas	133.210
Bahia	2.850.310
Ceará	529.580
Distrito Federal	17.430
Espírito Santos	176.230
Goyaz	1.934.830
Maranhão	706.700
Matto Grosso	2.717.550
Minas Gerais	6.342.600
Pará	578.620
Parahyba	370.310
Pernambuco	599.600
Piauí	894.870
Rio de Janeiro	556.310
Rio Grande do Norte	362.750
Rio Grande do Sul	6.657.940
Santa Catharina	562.300
S. Paulo	1.792.880
Sergipe	298.560
Território do Acre	13.210
Brasil	28.962.180

FONTE - BCEB, Empresa Gráfica da Bahia, Rebanho Brasileiro. DOE- 01/02/1919.

A crescente exportação de gêneros alimentícios, em função das altas demandas da Primeira Guerra Mundial, tornou a carne um dos principais produtos de exportação como observado na tabela acima. O volume de venda para o exterior de carne bovina contribuiu para a escassez desse gênero alimentício de primeira necessidade, já que era mais lucrativo fornecer ao mercado externo. Aliado a isso, a crescente alta dos preços, em conjunto com as práticas de açambarcamento e ação dos atravessadores, velhos conhecidos desde o século XVIII, continuavam a subjugar os mais pobres. A monopolização, transportes precários e alta abusiva dos preços, levam o Estado a criar o Comissariado de Alimentação Pública para “intervir e regular” uma economia hegemônica e liberal, que tem suas bases nos anos finais do século XVIII (Linhares, 1979).

Um dos principais papéis do comissariado era a regulação de preços dos gêneros considerados de primeira necessidade como farinha de mandioca, açúcar, feijão, arroz, carne seca e carne verde. Contudo, Linhares nos mostra que o Estado não iria intervir na economia ao ponto de se indispor com as classes que detinham a hegemonia, por mais que o Comissariado fosse útil às classes mais pobres contra a chamada “*carestia*” dos gêneros. Este mesmo Estado que deveria defender os interesses do povo, visava um ordenamento, não a satisfação das necessidades da população. Ele buscava eficácia e funcionamento do sistema produtivo, preservando as relações perversas de um mercado abusivo que visava apenas o lucro (Linhares, 1979).

Por outro lado, não podemos crer que o Estado iria intervir na economia contra os interesses das classes que detinham a hegemonia, pois o Estado, de certa forma, era a expressão desta mesma hegemonia. Logo, a oposição das classes produtoras à intervenção não podia ser generalizada; devemos atentar para que classes ou frações de classe combatiam o Comissariado de Alimentação Pública, qual era a alternativa proposta e, e por fim a que interesses atendia a intervenção ou como diriam outros, qual a sua racionalidade. Não temos dúvida em afirmar que a intervenção do Estado na economia do abastecimento visava a um tipo especial de ordenação; propunha-se atingir um objetivo e o seu bom êxito implicava só seu desaparecimento (Linhares, 1979, p.44).

O pensamento de Linhares pode ser ilustrado através da reportagem do jornal A Tarde de 25 de junho de 1919, onde foram publicadas denúncias sobre a prática de favorecimento do Comissariado aos preços da carne verde. Através da carta de um leitor, o jornal questiona a posição do comissariado em relação ao preço da carne verde praticado na capital e o preço do interior que é um tanto menor. É explicitado que o Comissariado de Alimentação Pública favorece os interesses do Coronel Amado Bahia.

O boi é sagrado. O Comissariado não lhe toca

São inteiramente justas, como vae constatar o leitor, as ponderações da carta a que abrimos espaço adeante. De facto, o Comissariado, que se julgou no direito de diminuir o preço de muita cousa, por exemplo, do peixe de 3\$500 o kilo para 2\$500, não ousou tocar no boi. Dir-se-á que o sr. Delegado fiscal tenha o culto da mytologia, e, na carne verde do sr. Amado Bahia, respeite os descendentes do boi Apis, que os egypcios consideravam a suprema divindade animal. O que é verdade insophismavel, aponta o missivista: o preço da carne verde diminuiu muito no interior, onde o sr. Amado adquire gado, e, entretanto, nesta capital não desce o extoraivo preço de 1\$200. Infelizmente, não há para quem apelar.

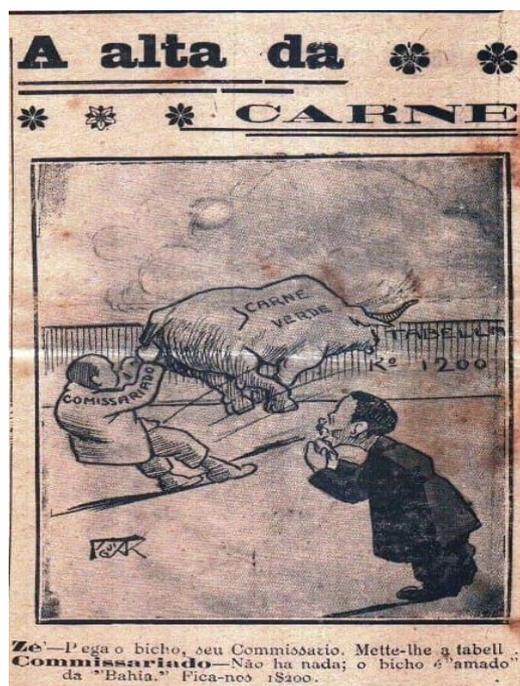
Os novos amores do Sr. Antonio Moniz⁴ pelos operários não irão ao extremo de colaborar no decréscimo dos lucros do monopolizador da carne verde e das fraudes da Matta de S. João. O sr. Amado venderá a 1\$200 o kilogramma do <beef>, até quando entender e ainda lhe devemos agradecimentos por não resolver augmental-o [...] Eis a carta muito judiciosa que acima mencionamos: [...] Porque manteve a carne a 1\$200 o kilo do boi; quando o anno passado somente 19 dias, não choveu nos nossos sertões e este ano tem sido verde que se vê? De que nos serve o augmento que obtivemos dos nossos patrões de 20% se continuamos no desequilíbrio pelo excesso dos gastos com alimentação? Apellamos para os esforços d' A Tarde, generoso e desinteressado organ das classes desfavorecidas. Em Juazeiro, a carne verde se esta vendendo a 600 réis o kiloCarne a 1\$200 é um escarneo e uma extorsão- *Do amigo- Um operário da Boa Viagem.*[sic] (BCEB, Jornal A Tarde, 25/07/1919, p.1)

Seguindo a mesma lógica, o Jornal A Hora de 14 de agosto de 1919, também atribuiu uma charge sobre a relação do Commissariado de Alimentação Pública e com quem monopolizava a carne e os consumidores. Novamente a figura do Coronel Amado Bahia é citada, de forma menos explícita, mas de claro entendimento para a população da época e para quem se compromete a investigar o assunto proposto.

Zé- Pega o bicho, seu Commissario. Mette-lhe a tabella

Commissariado- Não há nada; o bicho é "amado" da "Bahia". Fica-nos 1\$200. [sic] (BCEB, Jornal A Hora, A alta da Carne. 14/08/1919)

Figura 3. Charge Commissariado de Alimentação Pública



Fonte - BCEB, Jornal A Hora, A alta da Carne. 14/08/1919

⁴ Antonio Moniz de Aragão, governador da Bahia de 1916 a 1920. Era um político diretamente ligado ao JJ Seabra, ex governador da Bahia (1912 a 1916). Para alguns historiadores, Seabra apoiou a candidatura de Moniz para retornar ao poder novamente como governador em 1920. Jornais deste período como o A Hora, o atacavam constantemente. Havia até um calendário de contagem regressiva que contava os dias para o fim do seu governo.

Assim como no século XVIII, houve protestos e contestações ao protecionismo praticado pelo Estado através do Commissariado de Alimentação Pública, comerciantes, proprietários agrícolas, criadores de gado e até políticos partiram para o ataque ao Commissariado. Novamente se armaram com as premissas econômicas da época, se municiaram com arcabouços teóricos do capitalismo monopolista e continuavam a defender com fervor o liberalismo (Graham, 2013). Interessante que o Commissariado fiscalizava estoques e tabelava os preços quinzenalmente, principalmente dos gêneros de primeira necessidade, inclusive a carne. Essa medida impedia o lucro forjado dos açambarcadores e por um tempo a situação da carestia foi resolvida. Contudo, diante dos produtores e açambarcadores de maior poder econômico e influência dentro do governo, o commissariado se detinha. Como consequência, passou a tabelar o comércio varejista, deixando de lado o atacadista rico e forte. Como mostra o exemplo das reportagens citadas. No fim das contas, quem se prejudicou foi a população soteropolitana das camadas mais pobres, encurraladas com o aumento dos preços da carne e outros gêneros de primeira necessidade. Neste jogo, apenas o governo e os grandes comerciantes ganharam. O jornal A Hora em 20 de julho de 1920, denunciava a posição do Estado ante a carestia que assolava os pobres, através da charge “Zé Povo e a crise”⁵ (Figura 4) (Linhares, 1979).

Ze- Mas sr. Seabra, com os gêneros alimentícios por esse preço, o que é que eu vou comer!!

Seabra- Tem Paciência meu velho, por enquanto vai-te entretendo com estes petiscos que te arrangei. [sic]

(BCEB, Jornal A Hora, 06/07/1920)

Figura 4. Charge de denúncia da posição do Estado frente a carestia que assolava os pobres



Fonte - Jornal a Hora, 06/07/1920

⁵ Este contexto ocorreu durante o segundo governo de J.J Seabra (1920-1924), onde é oferecido ao Zé Povo (personagem do Jornal A Hora que faz alusão ao povo) paliativos para o problema da crise proporcionado pela carestia dos gêneros alimentícios. Zé questiona ao governador sobre a carestia dos gêneros, onde temos a carne verde vendida a 1\$5000 e os demais gêneros também com preços elevados. Ao invés de propor ao Zé Povo soluções efetivas, o governador oferece avenida e créditos. Obras públicas para o povo pagar e créditos nos bancos para o povo utilizar. Qualquer semelhança com a realidade hoje não é mera coincidência.

É neste cenário descrito até aqui que se encontrava a população de Salvador. Vivendo em uma cidade em metamorfose, civilizando-se para esquecer seu passado colonial, buscando adaptação às novas regras econômicas e sociais, nas quais os pobres são um incômodo devido a sua falta de civilidade moral, comportamental e de higiene. Porém, necessários para a máquina produtiva-consumista. As ruas precisam ser ordenadas, asseadas e limpas. Livre das negras que vendiam quitutes com suas indumentárias e gamelas. Livres das feiras aglomeradas e sujas que lembram a África. Livre dos mendigos, menores abandonados e prostitutas. Uma cidade de nova ordem comercial e econômica, de produção e consumo, seguindo o dueto do livre comércio com as ideias liberais e a ascensão do capitalismo monopolista. Onde o governo que deveria proteger os interesses do povo através do Comissariado de Alimentação Pública, demonstrava na verdade uma associação velada, com o intuito de ordenar as relações do povo com as classes mais abastadas para manter o funcionamento da máquina, demonstrando que o povo tem papel fundamental neste esquema: a obediência, subserviência, o movimento da máquina do consumo e da produção, com doses de ordem e disciplina (Silva, 2020).

Não obstante, o crescimento demográfico, a insalubridade latente, as dificuldades na distribuição dos alimentos junto aos efeitos colaterais da Primeira Guerra Mundial e a alta constante dos gêneros alimentícios regia a vida cotidiana destas pessoas. A população soteropolitana enfrentou uma tentativa de venda de carne estragada, em um dos centros comerciais de maior circulação da cidade, a Baixa dos Sapateiros. Não sendo suficiente a segregação moral e espacial, o racismo, a exploração dos comerciantes e a ineficácia dos poderes públicos, os cidadãos terão de enfrentar tal afronta a sua alimentação e a sua saúde.

CARNE PODRE E A AÇÃO DO POVO

A história da carne verde pode ir um pouco além da história do abastecimento. Ela é reveladora de conflitos urbanos e problemas populares, não só nos aspectos alimentares. Vamos nos conduzir a Salvador em 1919, mais precisamente no mês de fevereiro, onde nossa capital foi tomada por um fato, que devido ao contexto higienista presente, beira o absurdo; uma tentativa de venda de carne virada na Baixa dos Sapateiros. Entretanto, uma das coisas que chama atenção sobre este fato é a reação do povo diante ao descaso, mesmo com todo o contexto desfavorável, como vimos no decorrer deste texto. A Baixa dos Sapateiros era o antigo vale do Rio das Tripas. Foi um dos primeiros vales a serem ocupados a partir de 1835, durante a expansão da cidade de Salvador. Neste período os espaços estavam já delimitados e possuíam características segregadoras. O comércio de luxo e especializado da cidade estava localizado na Rua Chile, se estendia pela Avenida 7 de Setembro. Por ser uma parte valorizada da cidade, tinha imóveis mais sofisticados, deixando mais valorizada esta região do centro da cidade. O comércio retalhista e pobre se localizava na Baixa dos Sapateiros, era uma região menos privilegiada e tinha como característica casas com um ou dois pavimentos no máximo. Havia uma grande circulação de veículos e ônibus que deslocavam trabalhadores do comércio, domésticas e estudantes. Neste local, se concentrava grande parte dos açougues e talhos da cidade. Era um espaço bastante frequentado e de grande circulação da população pobre e dos trabalhadores do centro da cidade (Santos, 2008).

Poderíamos ir mais longe, mostrando como, na Cidade Alta, o comércio de varejo apresenta dois diferentes aspectos: um comércio de luxo, mais especializado na rua Chile e redondezas e na avenida Sete de Setembro, provocando a construção de numerosos edifícios de vários andares - crescimento em altura; e o comércio de varejo

pobre, mais especializado na Baixa dos Sapateiros, com casas térreas em sua maioria. A evolução urbana e, de uma maneira mais indireta, o sítio são os responsáveis por essa subdivisão (Santos, 2008, p. 196).

Fica evidenciado que os açougues e talhos da Baixa dos Sapateiros estavam mais vulneráveis ao recebimento de carne virada, pelo fato de ser um comércio voltado à população pobre. No dia 10 de fevereiro de 1919, os soteropolitanos foram surpreendidos com a chegada de carne estragada, que segundo um dos jornais da época, vinha do matadouro São José da Mata, propriedade do Coronel Amado Bahia, já considerado monopolizador do bife. Vejamos a primeira menção feita pelo Jornal A Tarde sobre a carne virada na Baixa dos Sapateiros.

Carne podre não vai. O protesto do povo na Baixa dos sapateiros.

O serviço de distribuição de carne verde pelos açougues da cidade começa pela madrugada e vai pela manhã alta. Na Baixa dos Sapateiros, os caminhões e carroças descarregam o boi a hora que entendem e mais de uma vez a carne tem vindo podre exhalando mau cheiro.

A fiscalização - é sabido: teve ordem de não incomodar o monopolizador do bife. Hoje as 8 horas, surgiram na Baixa dos Sapateiros, duas carroças do fornecimento. Eram esperadas e traziam cabeças de boi e seus pertences e o fato. Vinham para as vendedoras do mercado. Quando os carroceiros abriram as portinholas, o mau cheiro desprende-se, horrível, insurportável e o povo que a esta hora movimentava aquele trecho, levou a mão às narinas e gritava: -Não pode! Querem nos envenenar!

A carroça foi rodeada pela multidão e o administrador do mercado depois de verificar que o conteúdo das carroças estava efectivamente deteriorado impediu a sua entrada nos açougues. Os carroceiros relutaram, tinham ordem de colocar o boi podre, e o protestou fazendo uma barreira entre a porta do mercado e as carroças. Quando a polícia chegou as carroças já estavam bastante danificadas e as cabeças de boi rolavam pelo solo. [sic] (BCEB, Jornal A Tarde, 10/02/1919).

Do dia 11 ao dia 14 de fevereiro do mesmo ano, é veiculado notícias e notas sobre o ocorrido em outros jornais de circulação na cidade, a exemplo, do Diário de Notícias, Jornal de Notícias, o Imparcial e o A Hora. Vejamos as contribuições que o jornal A Hora pode nos dar com relação à tentativa de venda da carne deteriorada na Baixa dos Sapateiros.

Um atentado à higiene - 343 kilos de carne podre à venda - Um protesto energético do povo.

[...] O auto n. 134, empregado na entrega dessa mercadoria, exalava um cheiro insuportável. Chamado pelo telephonio, o dr. Amaral Muniz, director da Hygiene municipal, compareceu ao local, e depois de examinar as carnes, ordenou que fossem conduzidas pela carroça n. 31 da Empresa do Asseio, para o forno de incineração. A mercadoria condemnada estava assim distribuida: n.240, 19 kilos; 80, 19 kilos; 81. 15 kilos; 77, 4 kilos; 10. 13kilos; no sem numero, 15. Foram também apreendidos 37 kilos de carne mandados do açougue 35, de Manoel Moreira depois de condemnados, para a “Gruta Brasil” de Joaquim de tal, vulgo Capitão. [...] Não fora a atitude do povo, cuja frente se achavam os srs. Germano Oliveira, Achileu Magalhães Bastos [...] e Silvio Lage e a população não atentado, à sua saude, teria ingerido 342 kilos de carne em adeantado estado de putrefação.

O povo cotisou-se e adquiriu kerosene, que foi empregado na inutilização de grande quantidade de carne. [sic] (BCEB, Jornal A Hora, 10/02/1919).

No que diz respeito à compra de carne virada (deteriorada), o problema parecia se estender também aos hoteleiros, não só tentavam vender para população, mas segundo o Jornal de Notícias, havia também vendas abusivas para hoteleiros. O estabelecimento “Gruta Brasil”, citado pela reportagem do jornal A Hora, é citado também pelo Jornal de Notícias, expondo abusos destes estabelecimentos que compravam carne após o meio-dia com menor preço e corriam sempre o risco de ser carne estragada.

Figura 5. BCEB, Jornal de Notícias 12/02/1919- O comercio de carne virada- p.3



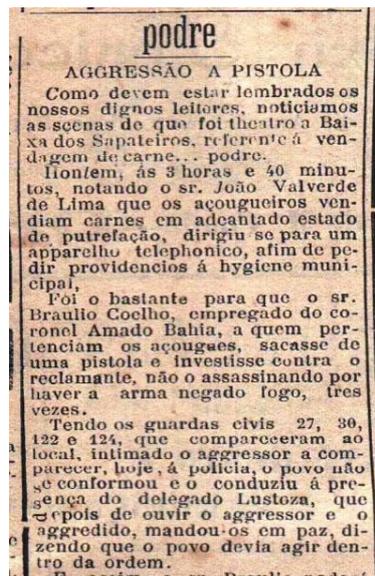
Fonte- BCEB, Jornal de Notícias 12/02/1919

CARNE PODRE. VIOLÊNCIA, RECORRÊNCIA E IMPUNIDADE

O nome do coronel Amado Bahia apareceu novamente em reportagem referente a venda de carne podre nos açougues. O jornal A Hora, no dia 14 de fevereiro de 1919⁶, nos apresenta um novo fato inusitado, mas condizente ao período analisado. Uma denúncia de agressão por pistola a um consumidor da Baixa dos Sapateiros. Segundo o jornal, foi notado pelo senhor Valverde de Lima que os açougueiros vendiam carne em adiantado estado de putrefação, o consumidor se dirigiu a um aparelho telefônico para realizar a denúncia e pedir providências à Higiene Municipal, quando foi surpreendido pelo senhor Bráulio Coelho, de acordo com a nota, este era empregado do Coronel Amado Bahia (Figura 6). Bráulio estava de arma em punho e investiu contra o Valverde, que não foi assassinado pois a arma havia “negado fogo” por três vezes.

⁶ O Jornal A Tarde também faz menção ao mesmo fato, em sua edição de 14 de fevereiro de 1919, na pag. 2.

Figura 6. Agressão por pistola na Baixa dos Sapateiros



Fonte - BCEB, Jornal A Hora, 14/02/1919

Ao longo deste texto as reportagens de jornais citam constantemente o nome do Coronel Amado Bahia. Seja sobre a monopolização da venda de carne verde ou nas denúncias de preços abusivos, agora também no que se refere à venda de carne deteriorada que chega do matadouro São José da Mata e nos açougues que o mesmo era dono. Os fatos expostos deixam evidências deste cidadão como um braço forte do comércio de carne na cidade de Salvador, onde boa parte dos seus lucros se concentra nas vendas de carne na capital, localização de boa parte dos seus açougues e talhos, em específico nas regiões do Centro e Península de Itapagipe. Exerceu forte influência nas localidades onde se situam seus comércios e também com autoridades e políticos estaduais e municipais.

Uma nota explicativa publicada no Jornal de Notícias e também no Diário de Notícias do dia 12 de fevereiro de 1919, culpa este problema de abastecimento e a chegada de carne virada na cidade à companhia *Chemins de Fer Federaux*, pela chegada da carne deteriorada à capital. A *Chemins* era uma empresa francesa responsável pelos trens de carga e de transporte neste período. O tempo entre o abate, o transporte e a chegada da carne aos talhos e açougues é bastante comprometido. É notório a deficiência no que diz respeito ao transporte, armazenamento e abastecimento da cidade de Salvador (Linhares, 1979). Vejamos a nota explicativa ao público e as autoridades sanitárias.

Carnes verdes- Ao Publico e as Autoridades Sanitarias

O lamentável incidente ocorrido, hoje, nela manhan, com fressuras vindas do Matadouro de S. José da Matta e que deveriam ser expostas ao consumo no Mercado da Baixa dos Sapateiros e outros pontos, está exigindo urgente explicação para que, informado da verdade da ocorrência e suas causas, possa o publico atribuir a quem realmente cabe a responsabilidade do deploravel caso.

Só uma única matança faz-se ali aos domingos e seus productos transportados pela ferrovia da Companhia des Chemins de Fer Federaux, devem estar nesta cidade ás 18 horas do mesmo dia. Faz-se então distribuição pelos talhos durante a noite, de modo

que pela madrugada esta tudo aparelhado para atender às necessidades do consumo.

Acontece; porem, que, desorganizado como está desde algum tempo o serviço de transporte da «Chemins», contra cujos desleixos tem sido baldadas todas as reclamações. Só hoje pela manhã chegou a Calçada o trem conduzindo carne e fressuras para o abastecimento.

Urgindo a distribuição pelos talhos é verificado desde logo o bom estado da carne, trataram os empregados prepostos a este serviço de acudir a freguezia, sem tempo preciso para rigoroso exames das fressuras que a julgar pela carne, presumiam perfeitas.[...]

Esta singela exposição evidencia-se que a causa exclusiva do deplorável incidente aqui relatado, foi a demora no serviço de transporte da Chemins, cada vez mais desorganizado o insuficiente para atender as necessidades do comercio e do publico, e contra cujo dismantelo têm sido ale agora infructíferas todas as reclamações de quantos tem interesses dependentes da viação ferrea. [...]

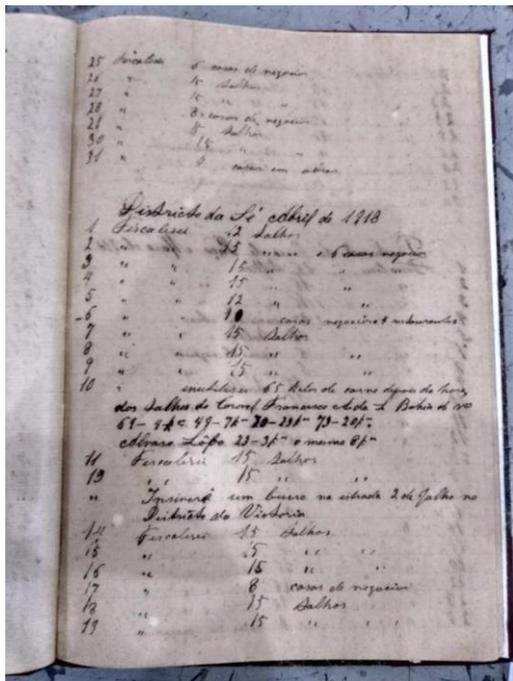
Bahia, 10 de Fevereiro de 1919, Alvaro Soares Bahia. [sic] (BCEB, Jornal de Noticias, 12/02/1919, p.2).

Além das recorrentes alusões feitas ao coronel Amado Bahia, chega à denúncia do uso de violência por parte dos seus funcionários, de acordo com os jornais da época, o ato demonstra o controle e o poder de um negociante local, fortalecido por suas relações com políticos estaduais e municipais. Sua influência se estende interior à capital e demonstra práticas herdadas do período colonial que ainda perduram posteriormente à proclamação da República. Por ser um grande fornecedor para a capital, detinha o controle dos preços e ele mesmo fazia o papel de marchante, açambarcador e atravessador. O Comissariado de Alimentação Pública “não lhe tocava” nem a Diretoria de Higiene “ousava incomoda-lo”. Vale lembrar que as rezas poderiam ser abatidas no matadouro municipal do Retiro, o que tornaria mais efetivo e mais seguro o fornecimento de carne à cidade, pois levaria menos tempo para chegar nos talhos e açougues. Porém era preciso pagar ao município para usar o matadouro. Matoso (1978) explica bem a força que detinha Amado Bahia sobre o comércio de carne verde.

Na realidade, porém o que se procurava era manter o monopólio de fornecimento da carne que estava nas mãos de alguns capitalistas locais e preservar os seus direitos em nome de uma liberdade de comércio que só favorecia a eles, apesar da sugestão dada a necessidade que havia de estabelecer semanalmente, um preço máximo de venda. Ora, inexistindo a concorrência livre, o preço máximo tinha que ser ditado pelos que detinham o monopólio do fornecimento do mercado (Matoso, 1978, p.257).

Trazendo mais documentos pesquisados na Fundação Gregório de Matos, dessa vez da Intendência Municipal, os livros de registro de ocorrências dos Fiscais das Casas de Negócios mostravam que as ações de Amado Bahia, já ocorrem um ano antes aos fatos de fevereiro de 1919 (Figura 7). Registros da Inspeção de Higiene Municipal, arquivados na FGM, mostram pequenos relatórios de ocorrências dos Fiscais das Casas de Negócio, entre os anos de 1913 a 1919. Um destes registros citam o nome de Amado Bahia e de seus talhos, onde os fiscais encontraram carne deteriorada. O registro encontrado data de abril de 1918, contados 10 meses antes do episódio nefasto da tentativa de venda de carne estragada a população em Fevereiro de 1919, nos talhos e açougues, no Distrito da Sé, do qual pertencia a Baixa dos Sapateiros.

Figura 7. Livro de registro dos Fiscais das Casas de Negócios



10 de abril de 1918- "Inutilizei 65 kilos de carne depois de horas dos talhos do Coronel Francisco A. da S. Bahia de nº 69-4k, 49-7k, 70-29k e 73-20k." [sic]

Fonte- FGM, Livro de registro dos Fiscais das Casas de Negócios, de 1913 a 1919- Registros de 10 de abril de 1918 Intendência Municipal- Seção Serviços Externos

O registro é de fácil interpretação. Acima está o distrito visitado e o mês vigente, em seguida, as datas que foram feitas a fiscalização das casas de negócio. É registrado caso tenha sido encontrada alguma irregularidade e quais providências foram tomadas. No dia 10 de abril de 1918, o fiscal relata que inutilizou 65 quilos de carne depois da hora nos talhos do Coronel Francisco Amado Bahia, em seguida coloca os números dos talhos e quantidade em quilos da carne que foi inutilizada.

E assim seguiram os soteropolitanos das classes mais pobres durante a primeira metade do século XX, vivendo uma política de abastecimento deficiente, exploratória e sem planejamento. Que não levou em conta o crescimento das camadas pobres das populações urbanas, nem se preocupou em, no mínimo, dar dignidade para momentos tão importantes da vida cotidiana destas pessoas, como é o ato de se alimentar. Mesmo com as tentativas do poder público de protegê-los contra os abusos das elites comerciais, ainda contribuem para manutenção do *status quo*, onde o maior interesse é manter as engrenagens construídas desde a colônia a república, favorecendo até hoje quem detém o maior capital, seja simbólico e/ou financeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salvador é uma cidade em crescimento e transformações constantes tanto no contingente populacional, quanto na estrutura urbana. Infelizmente houve um crescimento desordenado onde os projetos de cidade não contemplavam a camada pobre da população, assim como as políticas de abastecimento ineficientes não acompanhavam o seu crescimento. Problemas estes que perdurariam durante o século XIX e adentravam o século XX no mesmo ritmo. Salvador não teve a atenção merecida como metrópole. Uma metrópole produtiva,

comercial, de consumos potenciais, mas desde muito tempo uma cidade pensada apenas para elite. A mesma elite que degenera, segrega, limita, discrimina e incrimina tudo que vai de encontro às suas ordens estabelecidas. O Estado que deveria proteger também os interesses do povo, apenas tentava manter uma ordem política, econômica e social condizente ao momento vigente. Por outro lado, uma cidade de resistência, onde a população de maioria negra e pobre, continuava a lutar por seu lugar de direito e respeito na cidade construída com seu suor e sacrifícios. Resistindo às adversidades e afrontas de todos os tipos, dentro deste contexto se construiu, estabeleceu e cresceu o comércio de carne na Bahia (Linhares, 1979).

Nota-se um esforço do Estado ante as políticas nada eficazes de abastecimento da população de Salvador. Contudo, estes esforços no fim se resumem em mais tentativas de manter uma ordem socioeconômica estabelecida em parcimônia com a elite que de tempos em tempos aprimora seus arranjos, para manter a marcha perversa da subalternidade dos mais pobres ante seus interesses. Apesar do aparato intelectual e fiscalizador voltado para higiene das cidades, eles não conseguiram impedir, nem sequer policiar as ações do comércio de carne virada para as populações mais pobres.

A conveniência do poder público diante a tais atrocidades na vida e saúde destas pessoas, revelam a falta de uma política alimentar preocupada de fato com a saúde e segurança alimentar dos mais necessitados. É inegável avanços até os tempos atuais, mas a muito custo e ainda assim corremos riscos. É importante saber que houve conflitos e sacrifícios para podermos ter hoje o mínimo de segurança alimentar que muitos não tiveram. Um gênero alimentício tão importante como a carne, presente até os dias de hoje nas mesas, fartas ou não. Na definição excludente "carne de primeira" e "carne de segunda" onde o uso denota um abismo social latente, mas que revela o quanto o consumo de carne faz parte da nossa cultura alimentar. Proteína presente em nossa alimentação a gerações, está intrínseca em nossa economia, na transformação das cidades, em nossos hábitos como comensais e como consumidores.

Não será a primeira vez que veremos vendas de carnes podres pelas cidades do país, nem tão pouco a última vez que veremos nomes como o de Amado Bahia, onde as influências se estendem além dos pastos e das criações de gado. Homens como ele, possuem influências em câmaras federais e municipais. Sete anos depois após a tentativa de venda da Carne Virada em 1919, nos 9-9-9-deparamos com um anúncio de Jornal onde o Coronel Amado Bahia, mesmo com toda a repercussão e denuncia, ainda assim, ampliou seus negócios (Figura 8).

Figura 8. Ampliação de negócios do Coronel Amado Bahia



Fonte - Jornal A Capital, 22 de setembro de 1926

A carne como alimento transcende seu papel além da mesa e do ato de comer. Representa uma figura viva da nossa história como sociedade, através do seu consumo, buscou-se progresso e intermediaram conflitos, econômicos, políticos e até mesmo ideológicos. Ela é instrumento de poder, de barganha, fonte de capital político e simbólico. Mesmo hoje, com a facilidade de transportes, uma melhora exponencial no escoamento da produção, enfrentamos dificuldade com transportes, estradas e os atravessadores. Os salários ainda não acompanham as dinâmicas dos preços, temos ainda as características de um país que não consegue manter um equilíbrio entre importação e exportação. Somos negligentes com o mercado interno, as políticas de abastecimento ainda não favorecem as populações mais pobres (Linhares, 1979).

O que aconteceu com a população soteropolitana de 1919 não aconteceria com as mesmas proporções em nossa realidade. Porém, isso não nos isentou dos perigos das explorações de quem comanda o mercado, assim como a ineficácia do poder público para defender os interesses do povo. Temos que agir todos os dias para combater quaisquer abusos, sejam dos grandes pecuaristas ou do poder público, que ao invés de barganhar com nossa elite corrupta, deveria defender os interesses do povo. Todos deveriam ter direito a uma boa alimentação e segurança alimentar para tornar o hábito de comer um ato de dignidade. Vigilantes devemos estar e aprender com o episódio de 1919. A carne faz parte de uma cultura que já transcende o simples ato de comer, reverbera as evoluções e conflitos políticos, econômicos e sociais na nossa sociedade. Faz parte da nossa história, para aqueles que se alimentam dela ou não.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade do Salvador**. Salvador, BA: Beneditina, 1949.

Biblioteca Central do Estado da Bahia. Subgerencia de Periódicos. Setor de Jornais. **Jornal A Hora de Fevereiro de 1919 a Novembro de 1920**. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

Biblioteca Central do Estado da Bahia. Subgerencia de Periódicos. Setor de Jornais, **Jornal A Tarde Fevereiro de 1919 a Novembro de 1920**. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

Biblioteca Central do Estado da Bahia. Subgerencia de Periódicos. Setor de Jornais. **Jornal de Notícias Fevereiro de 1919**. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

Biblioteca Central do Estado da Bahia. Subgerencia de Periódicos. Setor de Jornais. **Diário Oficial do Estado da Bahia de Fevereiro de 1919 e Março de 1916**. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. **Jornal A Capital, Setembro de 1926**. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 13/09/2019

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades. Cidade & História : modernização das cidades brasileiras no Século XIX e XX / 1992. ANAIS DO SEMINÁRIO DE HISTÓRIA URBANA, 1990, Salvador, BA. **Cidade & história: modernização das cidades**

brasileiras no Século XIX e XX. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 1992.

FILHO, Alberto Heraclito Ferreira. Desafrikanizar as ruas: Elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890 a 1937). **Revista Afro-Asia**, n. 21-22, p. 239-256, 1998-1999. Salvador-Ba, CEAO UFBA, 1999.

Fundação Gregório de Matos. Arquivo Municipal da Cidade de Salvador. Fundo: Intendência Municipal, Seção Serviços Externos, **Livro dos Fiscais das casas de Negócio, Livro 2 1913 a 1919**. Disponível em: <https://fgm.salvador.ba.gov.br/>

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)**. São Paulo-SP, Companhia das Letras, 2013.

KRIPKKA, Rosana, SCHELLER, Morgana, BONOTTO, DANUSA Lara. **Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa, 2015**. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>. Acessado em 23/04/2019.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia civiliza-se...: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916. 1996**. 149 f. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. Brasília-DF, BINAGRI, 1979.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento: uma problemática em questão (1918-1974)**. Brasília-DF, BINAGRI, 1979.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. Salvador, BA. Hucitec, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, 1978.

SÁ, Tânia Regina Braga Torreão. Código de Posturas Municipais como instrumento normativo da produção de novas lógicas territoriais: Estudo de caso do Centro Histórico de Salvador. **Revista Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura**, n. 11, p. 273-289, 2010-1. Curitiba-PR, Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), 2010.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo-SP, Best Seller, 1999.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador: estudo de geografia urbana**. 2. ed. São Paulo: EDUSP; Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

SILVA, Carlos Ailton da Conceição. **J. J. Seabra e o higienismo à la carte: um estudo descritivo e analítico sobre as relações que forjaram a construção da modernidade conservadora baiana (1912-1924)**. Tese de doutorado. Salvador BA: Universidade Federal da Bahia. 2020.